

Sindicatos, empresários e políticos se unem em ato contra a desestruturação do Polo de Camaçari, na quarta, 30, às 7h

Um grande ato contra o desmonte do Polo de Camaçari e pela sobrevivência deste núcleo industrial será realizado na próxima quarta-feira, 30/1, às 7h, em frente à Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (FAFEN-BA), localizada na Rua Eteno, 2.198, no Polo Petroquímico.

A mobilização vai reunir trabalhadores diretos e terceirizados e as direções do Sindipetro Bahia, Sindiquímica, Sinditiccc, Sindlimp, Sindborracha e CUT-BA, além de parlamentares, prefeitos e empresários.

Os manifestantes chamam a atenção para as consequências desastrosas do fechamento da FAFEN-BA, já anunciado pela Petrobras para o dia 31 de janeiro, e que “vão afetar profundamente o funcionamento de muitas empresas do Polo, que utilizam os produtos da fábrica como matéria-prima: a amônia é necessária para a produção da OXITENO, ACRINOR, PROQUIGEL, IPC DO NORDESTE e PVC; já a ureia é utilizada na HERINGER, FERTIPAR, YARA, MOSAIC, CIBRAFÉRTIL, USIQUÍMICA e ADUBOS ARA-GUAIA; o gás carbônico na CARBONOR, IPC e WHITE MARTINS.

Tais empresas, para continuar trabalhando na região, terão de recorrer às importações para substituir os insumos fornecidos pela FAFEN-BA, o que pode ampliar custos e criar dificuldades logísticas.

Além das empresas citadas acima, o encerramento das atividades da FAFEN-BA provocará um desequilíbrio na produção da térmica Rômulo Almeida, que foi projetada para atender à demanda de energia elétrica para a FAFEN-BA, podendo inviabilizar seu funcionamento.

No caso da Carbonor, o impacto do fechamento é ainda maior, podendo afetar milhares de pacientes com problemas renais e que necessitam da hemodiálise para sobreviver, pois a empresa é a única detentora de tecnologia de produção de bicarbonato de sódio para uso farmacêutico e, em especial, para hemodiálise no Brasil, atendendo também a outros países na América do Sul.

Os insumos fabricados são utilizados na indústria de alimentos, produção de cosméticos, indústria farmacêutica, produtos de limpeza, alimentação de animais, fabricação de resinas sintéticas, plásticos, dentre outros.

Histórico de luta

O objetivo dos manifestantes é tentar reverter a decisão da Petrobras, que além de anunciar o encerramento das atividades da fábrica para o dia 31/1, comunicou a intenção de colocar em prática um projeto de arrendamento da empresa. A fábrica já havia parado uma de suas plantas dia 4 de janeiro, mas devido à repercussão no meio industrial, a Petrobras voltou atrás.

A decisão de fechar a empresa foi anunciada inicialmente pela Petrobras em março de 2018, mas foi adiada por diversas vezes devido à ação do Sindipetro Bahia, que realizou várias mobilizações, reuniões com empresários, prefeitos, vereadores, deputados e o governador Rui Costa, com o objetivo de criar uma frente suprapartidária em defesa da fábrica. Além de audiências públicas para discutir os impactos negativos causados pelo encerramento da FAFEN-BA e uma ação popular na justiça (13ª Vara

Federal) para impedir o fechamento da empresa. Parlamentares baianos e sergipanos também atuaram contra o fechamento, além de SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, FIEB SIMPEC e ABIQUIM.

É consenso a importância da FAFEN-BA para a geração de empregos, arrecadação de ISS e ICMS para diversos municípios e o Estado da Bahia e para o Polo de Camaçari, que terá pelo menos 15 empresas afetadas com o encerramento das suas atividades. Empresas do município de Candeias também serão atingidas.

A direção do Sindipetro, com o grupo de trabalho criado pela SDE, chegou a lançar a proposta de discutir com o município de Camaçari e o governo da Bahia a redução das tributações dos impostos junto à FAFEN-BA com o objetivo de desonerar a atividade e reduzir custos, propondo ainda uma discussão sobre a forma de tributação do gás, que é a matéria-prima da unidade.

Importância da FAFEN-BA na cadeia produtiva

Conhecida como a “semente do Polo”, a FAFEN-BA, criada em 1971, é a primeira fábrica do Polo Petroquímico de Camaçari.

Com a paralisação das atividades da FAFEN-BA, 700 postos diretos de trabalho serão fechados e haverá impactos em toda a cadeia produtiva do setor, o que pode aumentar o número de desempregos.

A FAFEN-SE também será hibernada. As duas fábricas serão licitadas com os terminais marítimos de amônia e ureia no Porto de Aratu (BA), com capacidade de armazenagem e carregamento de 20 mil toneladas de amônia e 30 mil de ureia.

Juntas, as duas unidades da Petrobras produzem mais de 3 mil toneladas de ureia por dia, além de sulfato de amônio e nitrato de amônio, que são fertilizantes nitrogenados. Isso representa 30% da produção do Brasil, que importa mais de 75% dos insumos nitrogenados e é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo.

Soberania alimentar

O segmento de fertilizantes encontra-se em expansão tanto no Brasil quanto o mundo, e a demanda do mercado brasileiro de fertilizantes é maior que a produção nacional. No Brasil, entre 2003 e 2012, o consumo de fertilizantes passou de 22,8 milhões de toneladas para 29,6 milhões, o que configurou crescimento de 30% no período. De acordo com a previsão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 2010 e 2020, somente no Brasil, a produção de alimentos crescerá 40%.

Para a diretoria do Sindipetro, depender do mercado externo de fertilizantes é arriscado. “Soberania na agricultura é uma questão de sobrevivência, e países com visão estratégica não abrem mão disso.”

A diretoria do sindicato chama a atenção para o fato dos fertilizantes serem insumos essenciais à produção agrícola, “sendo necessário tratar sua produção como questão de segurança nacional. A parada da FAFEN-BA e das demais fábricas de fertilizantes do país, parte do plano de ‘desinvestimentos’ da Petrobras e coloca em risco a soberania alimentar e o agronegócio do Brasil, uma vez que a produção agrícola passará a depender totalmente da importação de fertilizantes”.

O governador da Bahia, Rui Costa, ao se pronunciar sobre o assunto, afirmou que “trata-se de uma resolução do governo federal, que segue na contramão dos interesses não apenas da Bahia e do Sergipe, mas de toda a cadeia do agronegócio do país, na

medida em que estará contribuindo para o desmonte do fornecimento dos principais fertilizantes empregados no campo, levando o segmento a tornar-se cada vez mais dependente dos grupos multinacionais com sede no mercado externo e, conseqüentemente, dos preços cotados na moeda americana”.

Mais informações com o diretor do Sindipetro Bahia, Jailton Andrade: (71) 99196-4302 ou com a assessoria do Sindipetro Bahia: (71) 99681-2164 / 3034-9309.